

**ANEXO I - TERMO DE REFERÊNCIA**  
**PREGÃO ELETRÔNICO Nº 033/2023**  
**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 056/2023**

**1. DO OBJETO**

1.1. O objeto do presente Termo de Referência consiste na aquisição de tubos, conexões, válvulas e outros materiais em ferro fundido para serem utilizados na montagem de um novo barrilete na estação elevatória de água tratada da ETA II – Violeira e um trecho de rede adutora de aproximadamente 90 metros.

LOTE 01						
Item	Especificação	CATMAT / CATSERV	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total Estimado
1	<p><b>Tubo de ferro fundido dúctil, com flanges, PN 16, DN 400mm, Classe K9, comprimento de 5.800mm.</b></p> <p>Tubo de ferro fundido dúctil centrifugado, conforme norma ABNT NBR 7675:2005, com grafita esferoidal maior ou igual a 95% ou grau de modularização superior a 80%, Classe K9, com flange PN 16 soldado conforme norma ABNT NBR 7560:1996 e ABNT NBR 7675:2005. Revestido externamente com zinco metálico, com 200 g/m², conforme norma ABNT NBR 11.827:1991 e pintura betuminosa. Revestido internamente com argamassa de cimento alto forno conforme norma ABNT NBR 8682:1993.</p>	481432 – Tubo hidráulico	Unidade	2	R\$ 13.048,22	R\$ 26.096,44
2	<p><b>Tubo de ferro fundido dúctil, ponta e bolsa - PB, PN 16, DN 400mm, Classe K7, comprimento de 6.000mm.</b></p> <p>Tubo de ferro fundido dúctil centrifugado, conforme norma ABNT NBR 7675:2005, com grafita esferoidal maior ou igual a 95% ou grau de modularização superior a 80%. Bolsa modelo JE2GS, conforme norma ABNT NBR 13.747:1996, com anel de borracha para junta elástica conforme norma ABNT NBR 7676:1996. Revestido externamente com zinco metálico, com 200 g/m², conforme norma ABNT NBR 11.827:1991 e pintura betuminosa. Revestido internamente com argamassa de cimento alto forno conforme norma ABNT NBR 8682:1993.</p>	481432 – Tubo hidráulico	Unidade	6	R\$ 8.299,08	R\$ 49.794,48
<b>VALOR TOTAL (LOTE 01): R\$ 75.890,92 (setenta e cinco mil e oitocentos e noventa reais e noventa e dois centavos).</b>						

LOTE 02						
Item	Especificação	CATMAT / CATSERV	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total Estimado

3	<b>Flange avulso fabricado em ferro fundido dúctil, Classe PN 16, DN 400mm, conforme norma ABNT NBR 7675:2005 (sem rosca).</b>	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	6	R\$ 1.248,66	R\$ 7.491,96
4	<b>Flange cego fabricado em ferro fundido dúctil, Classe PN 16, DN 400mm, conforme norma ABNT NBR 7675:2005 (sem rosca).</b>	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	2	R\$ 1.469,33	R\$ 2.938,66
5	<b>Curva de 90° com bolsas, DN 400 mm, fabricada em ferro fundido dúctil, conforme norma ABNT NBR 7675:2005.</b> Revestida externa e internamente com pintura betuminosa conforme norma ABNT NBR 7675:2005, com bolsas junta elástica modelo JGS conforme ABNT NBR 13.747:1996, com anel de borracha para junta elástica conforme ABNT NBR 7676:1996.	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	2	R\$ 5.779,20	R\$ 11.558,39
6	<b>Curva 45°, DN 400mm, fabricada em ferro fundido dúctil, conforme norma ABNT NBR 7675:2005.</b> Revestida externa e internamente com pintura betuminosa conforme norma ABNT NBR 7675:2005, com bolsas junta elástica modelo JGS conforme ABNT NBR 13.747:1996, com anel de borracha para junta elástica conforme ABNT NBR 7676:1996.	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	2	R\$ 3.295,07	R\$ 6.590,14
7	<b>Curva 22°, DN 400mm, fabricada em ferro fundido dúctil, conforme norma ABNT NBR 7675:2005.</b> Revestida externa e internamente com pintura betuminosa conforme norma ABNT NBR 7675:2005, com bolsas junta elástica modelo JGS conforme ABNT NBR 13.747:1996, com anel de borracha para junta elástica conforme ABNT NBR 7676:1996.	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	4	R\$ 2.866,21	R\$ 11.464,84
8	<b>Curva 11°15', DN 400mm, fabricada em ferro fundido dúctil, conforme norma ABNT NBR 7675:2005.</b> Revestida externa e internamente com pintura betuminosa conforme norma ABNT NBR 7675:2005, com bolsas junta elástica modelo JGS conforme ABNT NBR 13.747:1996, com anel de borracha para junta elástica conforme ABNT NBR 7676:1996.	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	4	R\$ 2.383,39	R\$ 9.533,55
9	<b>Curva 45° com flanges, DN 400mm, em ferro fundido dúctil, fabricado conforme ABNT NBR 7675:2005, Classe PN 16.</b>	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	3	R\$ 4.180,13	R\$ 12.540,39
10	<b>Luva com bolsas, DN 400mm fabricada em ferro fundido dúctil, conforme norma ABNT NBR 7675:2005,</b> com bolsas junta mecânica, modelo JGS, conforme norma ABNT NBR 13.747:1996, anel de borracha para junta elástica, conforme ABNT NBR 7676:1996. Revestimento interno e externo com pintura betuminosa.	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	3	R\$ 4.032,74	R\$ 12.098,23
11	<b>Redução excêntrica com flange em ferro fundido dúctil,</b> fabricado conforme ABNT NBR 7675:2005, DN 400x300mm.	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	1	R\$ 5.089,67	R\$ 5.089,67
12	<b>Redução concêntrica com flange em</b>	314442 –	Unidade	1	R\$ 3.735,25	R\$ 3.735,25



LOTE 03						
Item	Especificação	CATMAT / CATSERV	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total Estimado
18	<p><b>Válvula borboleta DN 400mm, PN 16, fabricada conforme norma AWWA C-504 2000, Classe 150 B, corpo curto e acionamento através de atuador elétrico, com as seguintes características:</b></p> <p><b>Válvula:</b> Válvula borboleta DN 400mm, com extremidades flangeadas, com gabarito de furação conforme norma ABNT NBR 7675:2005 (ISSO 2531), PN 16, corpo curto, construção de acordo com a norma AWWA C-504, classe 150B, corpo com espessura mínima conforme tabela 2 da referida norma e disco em ferro fundido dúctil ABNT NBR 6916, Classes 42012, com espessura máxima de 2,25 vezes o diâmetro do eixo, sede de vedação do corpo em aço inoxidável ASTM A-240, tipo 304 (AISI 304), junta de vedação automática de 360° em borracha sintética (BUNA-N) inteira sem furos e emendas, com vedação em ambos os sentidos de fluxo, fixada ao disco por anel de aperto em aço inoxidável 18.8 AISI 304 e parafusos embutidos tipo allen em aço inoxidável 18.8 (AISI 304), permitindo substituição e ajustagem sem que sejam removidos os eixos do disco. Eixos do disco em aço inoxidável ASTM A276 tipo 304 com diâmetro mínimo de acordo com tabela 3 da referida norma, dividido em dois semi-eixos, sendo que cada ponta de eixo é inserida nos mancais do disco da válvula a um comprimento de pelo menos 1,5 vezes o diâmetro, mancais de escorregamento do corpo com bucha em teflon reforçado com bronze para rotação dos eixos e apoio do disco. A fixação dos semi-eixos à borboleta é feita por meio de pinos. O eixo de acionamento com engaxetamento tipo chevron (tecido impregnado com borracha nitrílica) de forma a prevenir fuga de fluido e permitir a retirada do sistema de acionamento com a válvula instalada em linha pressurizada. Todo o conjunto semi-eixos / borboleta possui um sistema que não permite o deslocamento axial e consequentemente vazamento através da junta de vedação. O equipamento possui pés de apoio de forma a poder ser posicionada ao solo de forma estável sem auxílio de anteparos ou travamentos externos e ainda sistema auxiliar de movimentação. Todos os componentes da válvula, com exceção daqueles fabricados em inox são revestidos interna e externamente com primer epóxi de alta</p>	454892 – Válvula borboleta	Unidade	2	R\$ 59.315,67	R\$ 118.631,34

<p>espessura bi-componente curada com poliamida sem pigmentos anticorrosivos tóxicos. Acabamento fosco, azul RAL5005, espessura mínima total de película seca de 150 micra e com certificado de inexistência de contaminação por pigmentos tóxicos. Marcação no corpo da válvula em alto relevo: diâmetro nominal; pressão nominal; designação padronizada do fofô nodular; marca do fabricante; padrão construtivo: awwa-c504; código para rastreabilidade e identificação referente ao mês e ano de fabricação, outras marcações são informadas em placas de identificação de alumínio / aço inox AISI 304, fixada ao corpo da válvula através de rebites e acionamento através de atuador elétrico.</p> <p><b>Atuador elétrico:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- opção de controle: integral;</li> <li>- grau de proteção mínimo: à prova de tempo, ip68, contra poeira e imersão temporária (144h-5,5m), estático;</li> <li>- regime de operação: on/off</li> <li>- invólucro: carcaça em alumínio;</li> <li>- lubrificação: permanente em banho de graxa, possibilitando operação em qualquer posição de montagem;</li> <li>- temperatura: 0° a +70°C;</li> <li>- atuador elétrico, carcaça em alumínio fundido, botoeiras do tipo não intrusivo com acionamento magnético, totalmente protegido contra poeiras e imersão temporária (144h – 5,5m) estático; com volante para operação manual; redutor com engrenagens metálicas, lubrificadas por banho de graxa e operáveis em qualquer posição de montagem;</li> <li>- painel rotativo e destacável com botoeira local não intrusiva com funções de abrir/fechar, local/desligado/remoto e parar com dispositivo de travamento e “display” gráfico de cristal líquido com visor de vidro temperado, para interface com operador;</li> <li>- sensores eletrônicos de posição e torque do tipo resistivo e célula de carga, respectivamente e possibilitam configurações via botoeira/ display do painel de controle ou remotamente via rede.</li> </ul> <p><b>Principais recursos:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- concepção modular;</li> <li>- controle automático de fases;</li> <li>- configuração eletrônica sem a abertura do invólucro;</li> <li>- recursos avançados de informação;</li> <li>- diagnose avançada de falhas;</li> <li>- registros de operações (caixa preta);</li> <li>- configuração de torque sem bancada (torque eletrônico através de “strain gauge”);</li> <li>- reversão automática;</li> <li>- "shut down" de emergência (esd);</li> </ul>					
--	--	--	--	--	--

<p>- posicionamento proporcional (0-100%);</p> <p>- curvas de torque;</p> <p>- inibir comando local;</p> <p>- imunidade dos dados de configuração contra interrupção de energia, sem a necessidade de baterias ou alimentação ininterrupta;</p> <p>- possibilidade de instalar o painel de controle remotamente;</p> <p>- sistema de segurança operacional que impede o acionamento do motor por falha simples no hardware e ou software de controle. Esta proteção adicional garante que se houver uma falha no microcontrolador que aciona as contadoras ou inversor, o motor não seja ligado inadvertidamente. Existem dois sistemas independentes que devem ser constantemente (a cada 100ms) informados que o motor deve ser ligado, na falta de qualquer um destes sinais, o motor é automaticamente desligado. O hardware de acionamento das contadoras ou inversor é composto por uma redundância para que uma falha simples não ative a saída, a condição de falha traz o sistema para uma condição segura que é o desligamento do motor.</p> <p><b>Composição básica:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- 01 atuador com redutor mecânico e volante para o acionamento manual;</li> <li>- 01 redutor/adaptador mecânico (quando aplicável);</li> <li>- 01 motor elétrico trifásico;</li> <li>- 01 sensor eletrônico de posição;</li> <li>- 01 sensor eletrônico de torque;</li> <li>- 01 painel de controle com botoeira e display gráfico;</li> <li>- 01 caixa de controle com indicador mecânico de posição externo;</li> <li>- 01 caixa de ligação;</li> <li>- 02 entradas para conexão de cabos do circuito de força e comando;</li> <li>- 01 acoplamento conforme a norma iso-5211;</li> <li>- 01 pintura;</li> <li>- 01 manual de comissionamento.</li> </ul> <p><b>Descritivo dos principais componentes:</b></p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Atuador: carcaça em alumínio, composto por um sistema de transmissão mecânica para a operação elétrica formada por um conjunto de redução de engrenagens epicicloidais, outro de engrenagens paralelas e um sistema de transmissão mecânica do tipo coroa e sem-fim para a operação manual com volante externo. durante a operação elétrica o volante permanece imobilizado.</li> <li>- Motor: com fator de serviço 1.15, potência compatível com o torque/rotação especificada, totalmente fechado, não ventilado, tipo gaiola de esquilo, trifásico 220/380/440 VCA 60 HZ (tensão de</li> </ul>					
--	--	--	--	--	--

<p>alimentação disponível 220VCA), classe de isolamento “F”, termostatos nos enrolamentos e regime S4.</p> <ul style="list-style-type: none"> <li>- Sensor eletrônico de posição: sensor resistivo absoluto independente de memória ou bateria, precisão melhor do que 0,5%.</li> <li>- Sensor eletrônico de torque: o torque é medido através de uma célula de carga de estado sólido que utiliza extensômetros “strain gauge”.Esta tecnologia permite a medição contínua de torque com uma precisão melhor do que 5%.</li> <li>- Caixa de controle: composto por cartões eletrônicos (CPU, fonte, interface de rede), contactores de comando intertravados e reversão direta de comando temporizado, fusíveis de proteção, sensor eletrônico de posição, proteção contra perda de fase, correção automática de sequência de fases. Por ser modular esta caixa pode ser desacoplada da base mecânica para eventuais serviços de manutenção ou atualização tecnológica.</li> <li>- Painel de controle: o painel com formato circular, display gráfico e iluminação possibilita mostrar ícones de operação além dos dados usuais e textos de auxílio nas línguas portuguesa, inglesa e espanhola, montado de forma modular, permite a sua retirada e colocação para operação à distância, além disso pode ser montado no atuador em qualquer posição rotativa até 360 graus. o material do painel e dos botões é alumínio e os sensores da botoeira são do tipo “efeito hall” que garantem uma excelente resistência à vibração. o botão de modo de operação local/desligado/remoto pode ser travado através de um cadeado ou lacre, permitindo mesmo assim movimentos para parada de emergência.</li> <li>- Caixa de ligação: caixa de alumínio com dupla selagem e várias possibilidades de entradas roscadas para conexão de cabos e acessórios. Roscas do tipo NPT ou métrica. Fechamento através de parafusos “allen” de inox com dispositivo à prova de perda. Bloco de conexão composto por conectores de passagens modulares e fixação dos fios com parafuso. Todos os fios de conexão interna são numerados de acordo com o esquema elétrico.</li> <li>- Indicador mecânico de posição: com visor de vidro temperado instalado na tampa da caixa de controle é composto por ponteiro e escala com marcações: totalmente aberta e totalmente fechada.</li> <li>- Acoplamento: conforme a norma iso-5211. <b>Observação: cada válvula deverá ser fornecida com 30 metros de cabos, necessários para comunicação entre atuador e painel de controle (painel rotativo).</b></li> </ul> <p>Notas:</p>					
--	--	--	--	--	--

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- serão aceitos materiais com no máximo 02 (dois) anos de fabricação ou seja, do ano corrente ou imediatamente anterior;</li> <li>- embalagem: a embalagem deve ser adequada para evitar danos durante o transporte e armazenagem;</li> <li>- todos os documentos/manuais deverão ser impressos e em português ou originais com tradução para o português.</li> </ul>					
19	<p><b>Válvula de gaveta DN 50 mm, PN 10, com cunha revestida de borracha, padrão construtivo conforme norma NBR 14968:2003.</b> Composto de cunha maciça em ferro fundido dúctil - NBR 6916 CL 42012 revestida integralmente (incluindo toda a passagem da haste) com elastômero EPDM. Operação suave e vedação elastômero-metal no final do fechamento. Corpo e tampa confeccionados em ferro fundido dúctil - NBR 6916 CL 42012, classe de pressão 1,6 MPa. Revestimento interno e externo em epóxi pó depositado eletrostaticamente com espessura mínima 250 micra, padrão de cor azul RAL 5005, comprovadamente compatível com o uso em água potável. Passagem plena, sem obstruções pela cunha nem apresentando cavidades de encunhamento. Junta corpo chapéu confeccionada em EPDM. Haste de manobra inteiriça (feita em peça única), tipo não ascendente confeccionada em aço inox ABNT 420, sem rebaixos para alojamento de anéis de vedação. Porca de manobra independente da cunha, removível, confeccionada em latão, com no máximo 5% de chumbo. Anel retentor de poeira instalado acima dos dispositivos de vedação da haste. Vedação da haste com 2 anéis toroidais (o´rings) alojados na bucha de vedação confeccionada em latão com, no máximo, 5% de chumbo. Sistema de contra-vedação confeccionado em material plástico, permitindo a troca dos elementos de vedação da haste, com a rede em carga, com a pressão de serviço mínima de 1kgf/cm². A fixação da tampa ao corpo pode ser feita com ou sem emprego de parafusos. Caso não seja empregado parafusos, a vedação deve ser assegurada por efeito autoclave. Quando empregado parafusos, esses devem ser do tipo</p>	297621 – Válvula de gaveta	Unidade	20	R\$ 603,39	R\$ 12.067,80

	allen de aço inox AISI A-304, sem porcas e embutidos na tampa e no corpo. Acionamento feito por cabeçote e extremidades com bolsas para tubos de PVC/PBA conforme a norma NBR 5647. Referência: Euro 24.					
<b>VALOR TOTAL (LOTE 03): R\$ 130.699,14 (cento e trinta mil e seiscentos e noventa e nove reais e quatorze centavos).</b>						

LOTE 04						
Item	Especificação	CATMAT / CATSERV	Unid.	Qtd.	Valor Unitário	Valor Total Estimado
20	<b>Luva de correr PVC JE DEFOFO azul DN 250mm.</b> Especificações: Luva de correr de PVC, azul, com junta elástica com travas do anel de vedação, para tubos de PVC 12 com diâmetro externo equivalente a FF, fabricado de acordo com os requisitos da NBR 7665, e fornecida com anéis de borracha correspondentes para redes de distribuição de água potável. NBR atualizadas.	314442 – Conexão hidráulica	Unidade	10	R\$ 400,00	R\$ 4.000,00
<b>VALOR TOTAL (LOTE 04): R\$4.000,00 (quatro mil reais).</b>						

1.2. Deverá ser apresentado junto com a proposta comercial o catálogo técnico dos produtos ofertados.

## 2. JUSTIFICATIVA E OBJETIVO DA CONTRATAÇÃO

2.1. Trata-se da aquisição de materiais hidráulicos como tubos em ferro fundido, conexões, válvulas e outros materiais para serem utilizados na montagem de um novo barrilete na estação elevatória de água tratada da ETA II – Violeira e um trecho de rede adutora de aproximadamente 90 metros, uma vez que está em faz de implementação as ações de eficientização energética na Estação de Tratamento de Água II – Violeira, contemplada pela Autarquia, em 2022, com a chamada Pública de Projetos de 001/2022 da CEMIG DISTRIBUIÇÃO S.A.

2.2. Com o programa será realizado a substituição de 1(um) motor do modelo WEG 300CV e 1(uma) bomba centrífuga Meganorm 200-500 por 1(um) motor do modelo WEG W22 IR4 SUPER PREMIUM - 400 CV e 1(uma) bomba centrífuga KSB Meganorm 250-500, além da substituição do painel de acionamento, que atualmente funciona por SOFT STARTER e passará a operar por inversor de frequência.

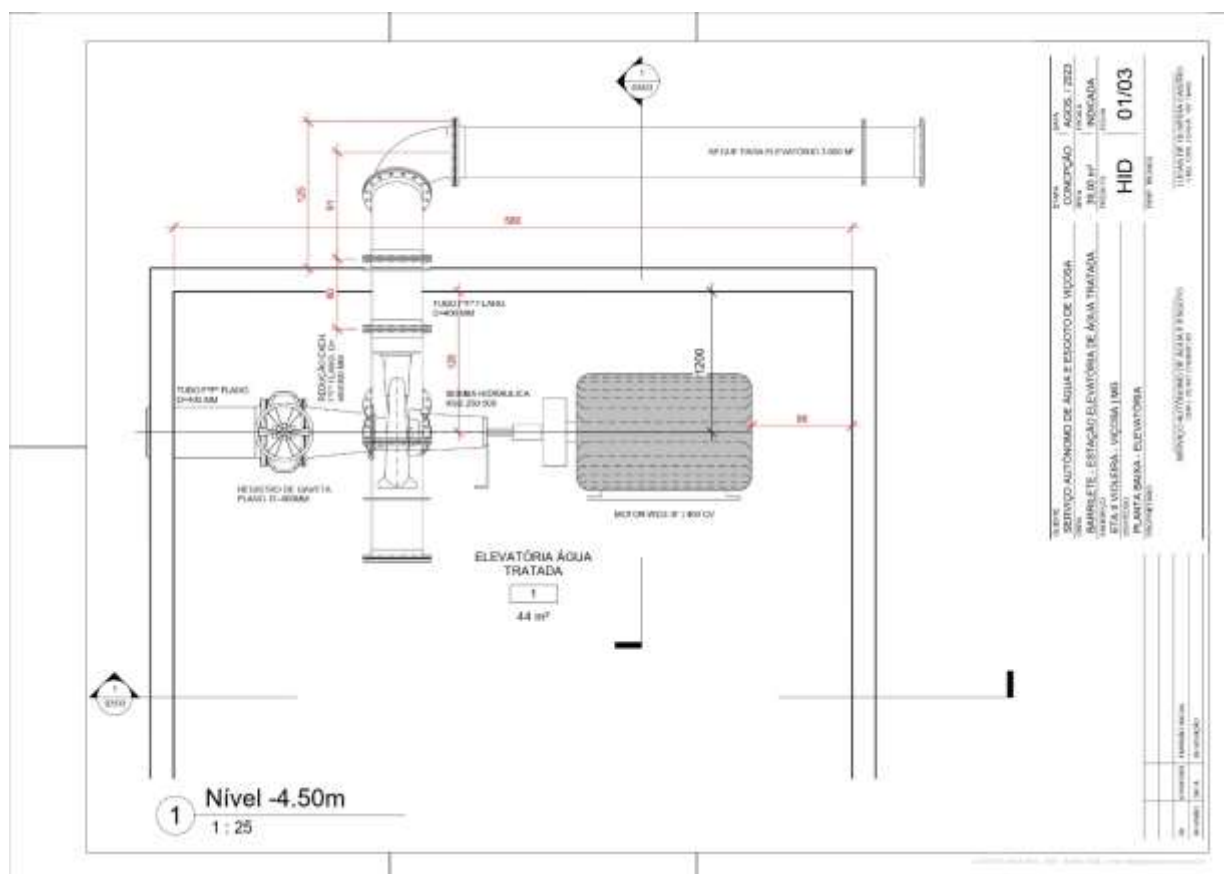
Equipamentos Existentes	Rendimento	Quant.	Equipamentos Propostos	Rendimento	Quant.
WEG 300CV	95,50%	1	WEG W22 IR4 SUPER PREMIUM - 400 CV	96,70%	1
BOMBA KSB MEGANORM 200-500	-	1	BOMBA KSB MEGANORM 250-500	-	1
SOFT STARTER	-	1	CFW110515T4SZ	-	1
Painel Elétrico (Soft)	-	1	Painel Elétrico (Inversor)	-	1
Acoplamento para CMB 300 cv	-	1	Acoplamento para CMB 400 cv	-	1

**Tabela 1 – Equipamentos a serem instalados ETA II.**

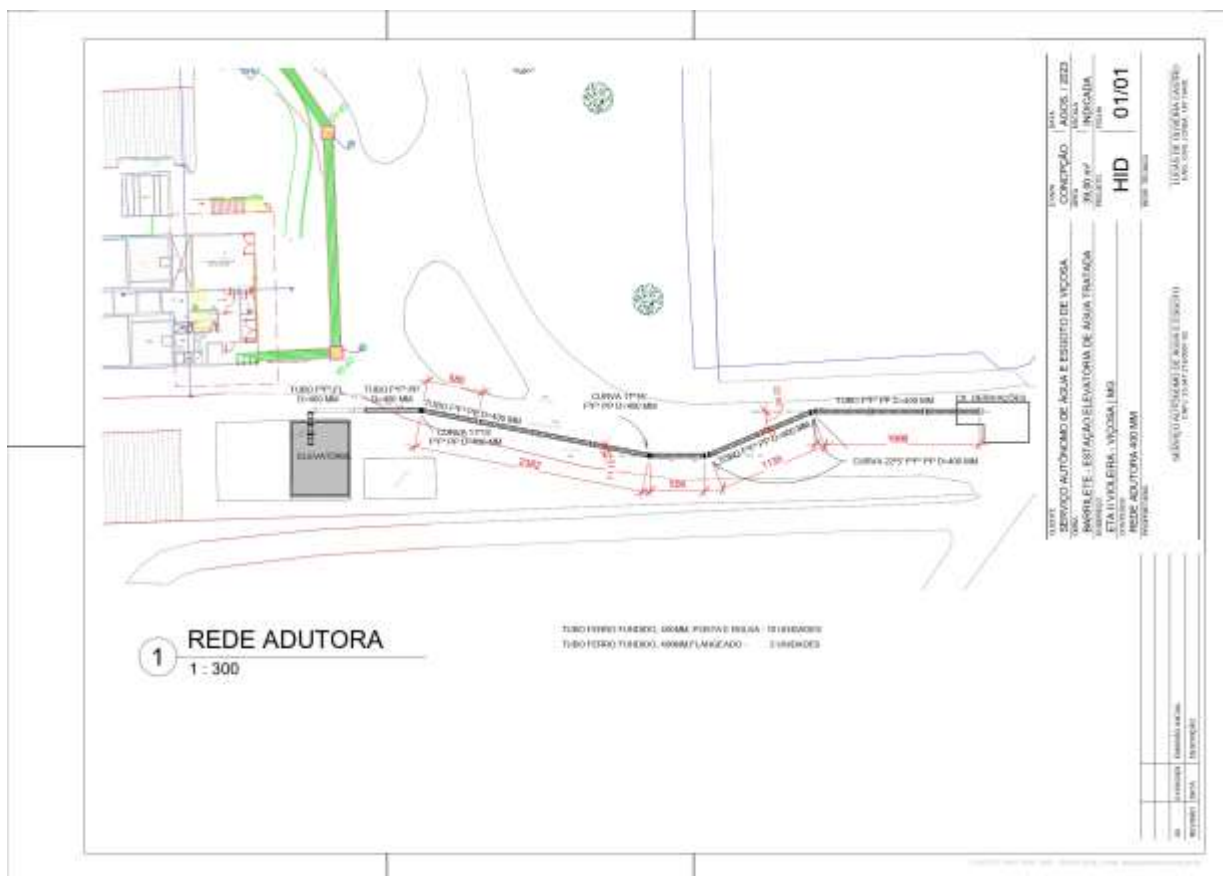
2.4. Os resultados esperados são um melhor rendimento do sistema, a atualização da tecnologia que se encontra obsoleta e com baixo rendimento por uma tecnologia mais moderna e eficiente, automatização do sistema e ajuste do ponto de operação. No período de diagnóstico energético, previa-se uma redução do consumo de energia elétrica de 512,28 MWh/ano, e uma redução de demanda no horário de ponta da distribuidora de 138,93 kW, apresentando benefícios totais de R\$ 288.210,68.

2.6. Os itens requisitados pela Diretoria de Engenharia e Manutenção serão utilizados na ampliação do sistema de elevatória de água tratada, mas como trata-se de peças hidráulicas foram adicionadas a este TR.

2.7. O levantamento das peças para execução foram baseadas no projeto elaborado para tal fim. Prancha 01/03, 02/03 e 03/03 com o detalhamento do barrilete na estação elevatória de água tratada e Prancha 01/01 com o trecho da rede adutora.







### 3. CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

3.1. Trata-se de aquisição de bem comum, a ser contratada mediante licitação, na modalidade pregão, em sua forma eletrônica, nos termos do parágrafo único, do art. 1º, da Lei 10.520, de 2002, c/c art. 3º, II do Decreto nº 10.024/2019.

### 4. CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

4.1. Serão consideradas vencedoras as propostas que, atendidas as especificações contidas no Edital e seus anexos, apresentarem o **MENOR PREÇO POR LOTE** para a aquisição dos materiais.

4.2. O agrupamento dos itens em lotes se justifica, diante da verificada viabilidade prática e econômica, uma vez, que a criação de lotes possibilita que empresas atuantes neste segmento possam ofertar lances mais vantajosos para a administração, uma vez que criando lotes, estaremos agregando quantidades e valores, fazendo com que a licitação se torne mais atrativa, atraindo um número maior de empresas interessadas na participação do certame. Somando-se a isso a questão da logística que facilita e diminui custos, sem contar que fica mais fácil parametrizar a qualidade dos produtos entregues.

4.3. Por conta destes relatos acima descritos foram criados lotes contendo itens que possuem características semelhantes, que na maioria das vezes são vendidos por um mesmo fornecedor, de modo a ampliarmos a competição da melhor forma possível.

## **5. ENTREGA E CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO**

5.1. As entregas deverão ser realizadas em até 45 (quarenta e cinco) dias, após o recebimento da ordem de fornecimento, sob pena das sanções previstas no Edital e seus anexos.

5.2. O horário para entrega deverá compreender entre às 08 e 10:30hs e entre às 13:30 e 16hs, de segunda a sexta-feira. A entrega deverá ser previamente agendada na Seção de Materiais e Patrimônio - SEMP, através do telefone (31) 3899-5609 ou pelo endereço eletrônico seta@saaevicosa.mg.gov.br.

5.3. O local de entrega dos materiais é no Almoxarifado da Autarquia localizado na Estação de Tratamento de Água – Bela Vista ou na Estação de Tratamento de Água – Violeira.

5.4. A entrega deverá ocorrer conforme informações e orientações constantes na Ordem de Fornecimento, que será enviada preferencialmente por e-mail, podendo a Autarquia enviar a ordem de fornecimento pessoalmente ou via correios (neste caso, mediante uso do Aviso de Recebimento – AR).

5.5. Considera-se como data do recebimento da Ordem de Fornecimento:

5.5.1. O primeiro dia útil seguinte ao do envio do e-mail, no caso de ordem de fornecimento enviada por e-mail;

5.5.2. O dia do recebimento, no caso de ordem de fornecimento entregue pessoalmente;

5.5.3. O dia do recebimento da correspondência, no caso de ordem de fornecimento enviada por meio postal.

5.6. Os produtos serão recebidos provisoriamente no prazo de 05 (cinco) dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta.

5.7. Os produtos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

5.8. Em caso de qualquer avaria durante o transporte e/ou entrega do bem, este deverá ser devidamente reposto, sem qualquer ônus adicional para a autarquia e cumprindo o prazo previsto neste.

5.9. Os produtos serão recebidos definitivamente no prazo de 05 (cinco) dias, contados do recebimento provisório, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo circunstanciado.

5.10. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo.

5.11. O recebimento provisório ou definitivo do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

5.12. Caso não cumpridas as exigências, o fornecedor será comunicado para retirar o produto no local de entrega e a substituí-lo por outro que atenda às especificações constantes neste instrumento, sem nenhum ônus para a autarquia, e ficará sujeito às penalidades previstas na forma da lei.

5.13. Deverá ser apresentado, no ato da entrega dos materiais, obrigatoriamente, Laudo de Inspeção Técnica de Controle de Qualidade, emitido por laboratório de reconhecida idoneidade, caso contrário não haverá o respectivo recebimento.

5.14. No momento da inspeção será verificada os laudos de acordo com o anexo “D” da ABNT NBR 7675/2005 e deverá ser acompanhada com os seguintes relatórios:

- 5.14.1. Relatório de resistência à pressão hidrostática;
- 5.14.2. Relatório de resistência à tração, alongamento e dureza brinel;
- 5.14.3. Relatório de ensaio de verificação de modularidade;
- 5.14.4. Relatório de controle e verificação do revestimento de zinco e pintura betuminosa.
- 5.14.5. Os materiais ofertados devem ser fabricados de acordo com as Normas da ABNT.

5.15. Será recusado o recebimento dos materiais que não estiverem acompanhados do Laudo de Inspeção Técnica de Controle de Qualidade;

5.16. A apresentação do laudo de inspeção do material fornecido não impede que o SAAE - Viçosa/MG, a seu critério e a suas expensas, solicite nova realização de testes. Em caso de reprovação do material, as despesas com a inspeção e realização dos testes serão por conta do fornecedor. Este material será devolvido e o fornecedor deverá entregar novo lote atendendo às normas, sob pena da aplicação das penalidades previstas no Edital.

5.17. A contratada é obrigada a assegurar e facilitar o acompanhamento e a fiscalização dos serviços/produtos, bem como o acesso às fontes de informações que forem julgadas necessárias.

5.18. Os materiais a serem ofertados estarão sujeitos à inspeção e testes, que deverão ser realizados previamente, por órgão de reconhecida idoneidade, às expensas do fornecedor, e deverão estar em conformidade com as normas, especificações e métodos de ensaio da ABNT - Associação Brasileira de Normas Técnicas.

5.19. O laudo de inspeção deverá indicar o número da respectiva Ordem de Fornecimento, o lote, a data de fabricação, o destinatário dos materiais e os ensaios a que foram submetidos, conforme as normas da ABNT, parâmetros de aceitação/rejeição e uma análise conclusiva.

5.20. Os relatórios de qualidade deverão ser originais e conter o nome completo, assinatura e inscrição de profissionais responsáveis pela inspeção.

5.21. Os materiais deverão ser identificados com o carimbo ou selo de aprovação do laboratório responsável pela inspeção.

5.22. O objeto será recebido provisoriamente, para posterior verificação da conformidade do bem com as especificações do edital e seus anexos.

5.23. O recebimento definitivo ocorrerá em no máximo 05 dias, após a verificação e aceitação da qualidade e quantidade do bem recebido.

5.24. A liberação da Nota Fiscal Eletrônica (NF-e) para pagamento ficará condicionada à aprovação da inspeção dos materiais adquiridos e ao recebimento definitivo dos mesmos.

5.25. A recusa dos produtos fornecidos em desacordo com o edital e seus anexos, será formalizada através de termo circunstanciado, no qual deverá constar o motivo da não aceitação do objeto.

5.26. Os produtos que não atenderem às especificações deverão ser substituídos pelo licitante vencedor no prazo máximo de 15 dias, sob pena de aplicação das sanções previstas no edital e seus anexos, rescisão do contrato, além de aplicação do disposto no art. 24, inciso XI, da Lei Federal no 8.666/93.

## **6. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

6.1. São obrigações da Contratante:

6.1.1. receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

6.1.2. verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos produtos recebidos provisoriamente com as especificações constantes do Edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

6.1.3. comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas nos produtos fornecidos, para que seja substituído, reparado ou corrigido;

6.1.4. acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de comissão/servidor especialmente designado;

6.1.5. efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;

6.2. A Autarquia não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

## **7. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

7.1. A Contratada deve cumprir todas as obrigações constantes no Edital, seus anexos e sua proposta, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto e, ainda:

7.1.1. efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no Termo de Referência e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência, prazo de garantia e validade;

7.1.2. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

7.1.3. substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado neste Termo de Referência, o objeto com avarias ou defeitos;

7.1.4. comunicar à Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7.1.5. manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

7.1.6. indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

7.1.7.promover a destinação final ambientalmente adequada, sempre que a legislação assim o exigir.

## **8. DA SUBCONTRATAÇÃO**

8.1. Não será admitida a subcontratação do objeto licitatório.

## **9. DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA**

9.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Autarquia à continuidade do contrato.

## **10. DO CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO**

10.1. Nos termos do art. 67 Lei nº 8.666, de 1993, será designado representante para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens, anotando em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinando o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados.

10.1.1. O recebimento de material de valor superior a R\$ 176.000,00 (cento e setenta e seis mil reais) será confiado a uma comissão de, no mínimo, 3 (três) membros, designados pela autoridade competente.

10.2. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Autarquia ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.

10.3. O representante da Autarquia anotar em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

## **11. DO PAGAMENTO**

11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de **05 (cinco) dias**, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

11.1.1. Os pagamentos decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 24 da Lei 8.666, de 1993, deverão ser efetuados no prazo de até 5 (cinco) dias úteis, contados da data da apresentação da Nota Fiscal, nos termos do art. 5º, § 3º, da Lei nº 8.666, de 1993.

11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura quando o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato.

11.3. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 29 da Lei nº 8.666, de 1993.

11.3.1. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do fornecedor contratado, deverão ser tomadas as providências previstas no do art. 31 da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.4. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que a Contratada providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante.

11.5. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

11.6. Antes de cada pagamento à contratada, será realizada consulta ao SICAF para verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital.

11.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade da contratada, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério da contratante.

11.8. Previamente à emissão de nota de empenho e a cada pagamento, a Autarquia deverá realizar consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018.

11.9. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, a contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência da contratada, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

11.10. Persistindo a irregularidade, a contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada à contratada a ampla defesa.

11.11. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso a contratada não regularize sua situação junto ao SICAF.

11.11.1. 10.11.1. Será rescindido o contrato em execução com a contratada inadimplente no SICAF, salvo por motivo de economicidade, segurança nacional ou outro de interesse público de alta relevância, devidamente justificado, em qualquer caso, pela máxima autoridade da contratante.

11.12. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

11.12.1. A Contratada regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11.13. Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a Contratada não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, o valor devido deverá ser acrescido de atualização financeira, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, em que os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, ou 6% (seis por cento) ao ano, mediante aplicação das seguintes fórmulas:

$EM = I \times N \times VP \pi r^2$ , sendo:

$EM$  = Encargos moratórios;

$N$  = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

$VP$  = Valor da parcela a ser paga.

$I$  = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$$I = (TX) \rightarrow I = \frac{(6/10)}{365} \rightarrow I = 0,00016438$$

$TX$  = Percentual da taxa anual = 6%.

## **12. DO REAJUSTE**

12.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data limite para a apresentação das propostas.

12.2. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido da CONTRATADA, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela CONTRATANTE, do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade, com base na seguinte fórmula (art. 5º do Decreto n.º 1.054, de 1994):

$$R = V \times (I - I^0) / I^0, \text{ onde:}$$

$R$  = Valor do reajuste procurado;

$V$  = Valor contratual a ser reajustado;

$I^0$  = índice inicial - refere-se ao índice de custos ou de preços correspondente à data fixada para entrega da proposta na licitação;

$I$  = Índice relativo ao mês do reajustamento;

12.3. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

12.4. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

12.5. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

12.6. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

12.7. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

12.8. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **13. DOS PEDIDOS DE REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO**

13.1. Durante a vigência do Contrato, os preços serão fixos e irrevogáveis, exceto na hipótese, devidamente comprovada, de ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, ou em caso de redução dos preços praticados no mercado.

13.1.1. Mesmo comprovada a ocorrência de situação prevista na alínea “d”, do inciso II, do art. 65 da Lei nº 8.666/93, a Autarquia, se julgar conveniente, poderá optar por cancelar o contrato e iniciar outro processo licitatório.

**13.2. Para o reequilíbrio será necessário a apresentação dos seguintes comprovantes:**

- a) Notas Fiscais de compras por parte da Contratada referente ao seu fornecedor, tanto da Nota Fiscal da época do início do contrato, decorrente desta licitação, como da Nota Fiscal atual por ocasião do suposto aumento;
- b) Revista, jornal e/ou periódico, demonstrando o aumento do preço de um determinado item dentro do mercado;
- c) Planilha de custos compreendendo o custo do produto e demais componentes (impostos, transporte, funcionários, etc.).

13.2.1. Sem a apresentação destes documentos não há como justificar a quebra do equilíbrio econômico-financeiro do contrato quanto ao item licitado.

13.3. A licitante contratada se obrigará a manter, enquanto tramita o pedido de revisão de preços, o cumprimento do contrato, sob pena de ser declarado inadimplente, aplicando-se as penalidades previstas neste Edital e na legislação vigente.

13.4. Vale ressaltar que, as propostas apresentadas no momento da licitação têm validade mínima de 60 (sessenta) dias, não podendo sofrer reequilíbrio de preço durante esse período.

**14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

14.1. Não haverá exigência de garantia contratual da execução, uma vez que o objeto será cumprido no momento da execução do serviço.

**15. A GARANTIA CONTRATUAL DOS BENS**

15.1. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, é de, no mínimo, **12 (doze) meses**, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.

15.1.1. O prazo determinado tem a finalidade de assegurar, padrão de qualidade adequado, segurança, durabilidade e desempenho dos produtos adquiridos, considerando sua validade e vida útil.

**16. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

16.1. Comete infração administrativa nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, a Contratada que:

- 16.1.1. inexecutar total ou parcialmente qualquer das obrigações assumidas em decorrência da contratação;
- 16.1.2. ensejar o retardamento da execução do objeto;
- 16.1.3. falhar ou fraudar na execução do contrato;
- 16.1.4. não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;
- 16.1.5. não assinar a ata de registro de preços, quando cabível;
- 16.1.6. comportar-se de modo inidôneo;
- 16.1.7. cometer fraude fiscal;

- 16.1.8. apresentar documentação falsa;
  - 16.1.9. deixar de entregar os documentos exigidos no certame;
  - 16.1.10. ensejar o retardamento da execução do objeto;
  - 16.1.11. não manter a proposta;
- 16.2. Pela inexecução total ou parcial do objeto deste contrato, a Autarquia pode aplicar à CONTRATADA as seguintes sanções:
- 16.2.1. **advertência**, por faltas leves, assim entendidas aquelas que não acarretem prejuízos significativos para a Contratante;
  - 16.2.2. a sanção de advertência consiste em uma comunicação formal à contratada, advertindo-lhe sobre o descumprimento de obrigação legal assumida, cláusula contratual ou falha na execução do serviço ou fornecimento, determinando que seja sanada a impropriedade e, notificando que, em caso de reincidência, sanção mais elevada poderá ser aplicada, e será expedido:
    - a) pelo responsável pelo setor de licitações do órgão ou entidade da Autarquia quando o descumprimento da obrigação ocorrer no âmbito do procedimento licitatório, e, em se tratando de licitação para registro de preços, até a emissão da autorização de compra para o órgão participante do Sistema de Registro de Preços;
    - b) pelo ordenador de despesas do órgão contratante se o descumprimento da obrigação ocorrer na fase de execução contratual, entendida desde a recusa em retirar a nota de empenho ou assinar o contrato;
  - 16.2.3. **multa moratória** de 1% (um por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 10 (dez) dias;
  - 16.2.4. **multa compensatória** de 10% (dez por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto;
  - 16.2.5. em caso de inexecução parcial, a **multa compensatória**, no mesmo percentual do subitem acima, será aplicada de forma proporcional à obrigação inadimplida;
  - 16.2.6. **suspensão de licitar** e impedimento de contratar com o órgão, entidade ou unidade administrativa pela qual a Autarquia opera e atua concretamente, pelo prazo de até dois anos;
  - 16.2.7. **impedimento de licitar** e contratar com órgãos e entidades da Autarquia com o consequente descredenciamento no SICAF pelo prazo de até cinco anos;
  - 16.2.8. **suspensão temporária** de participação em licitação e impedimento de contratar com a Autarquia do município, nos termos do art. 7º da Lei 10.520/2002 e no Decreto Municipal 5.237/2018.
  - 16.2.9. suspensão é a sanção que impossibilita a participação de pessoa física ou jurídica em licitações e/ou contratos, ficando suspenso o seu registro cadastral no Cadastro de Fornecedores da Autarquia, de acordo com os prazos a seguir:
    - a) mínimo de 90 (noventa) e máximo de 180 (cento e oitenta) dias, na hipótese de a apenas ser reincidente na sanção de advertência, independentemente do fundamento do primeiro sancionamento;
    - b) mínimo de 6 (seis) e máximo de 12 (doze) meses, quando a licitante solicitar cancelamento da proposta após o resultado do julgamento;
    - c) mínimo de 12 (doze) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante adjudicada se recusar a assinar o contrato/nota de empenho ou retirar/receber a autorização/ordem de entrega/fornecimento do bem ou do serviço;

- d) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada praticar ou deixar de praticar atos que claramente visem à frustração dos objetivos da licitação, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;
- e) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada apresentar documentos fraudulentos nas licitações, sem prejuízo da responsabilização penal e civil;
- f) mínimo de 24 (vinte e quatro) e máximo de 60 (sessenta) meses, quando a licitante/contratada se comportar de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal;

16.2.10. a suspensão poderá ser ampliada até o dobro, em caso de reincidência.

16.2.11. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Autarquia enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que a contratada ressarcir a Autarquia pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior.

16.2.12. a declaração de inidoneidade será aplicada pela máxima autoridade da entidade da Autarquia.

16.2.13. a declaração de inidoneidade prevista neste item permanecerá em vigor enquanto perdurarem os motivos que determinaram a punibilidade ou até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que a aplicou.

16.2.14. a declaração de inidoneidade e/ou sua extinção será publicada na forma do Decreto nº 5.237/2018 e seus efeitos serão extensivos a toda Autarquia.

16.2.15. as pessoas físicas ou jurídicas que apresentarem documentos fraudulentos, adulterados ou falsificados, ou que por quaisquer outros meios praticarem atos irregulares ou ilegalidades para obtenção do registro no Cadastro de Fornecedores, estarão sujeitas às seguintes penalidades:

16.2.16. suspensão temporária do Certificado de Cadastro de Fornecedores ou da obtenção do registro, por até 5 (cinco) anos na modalidade de pregão e até 2 (dois) anos para as demais modalidades, dependendo da natureza e gravidade dos fatos; e

16.2.17. declaração de inidoneidade, nos termos do artigo anterior.

16.2.18. As sanções previstas nos itens acima poderão também ser aplicadas às pessoas físicas e jurídicas que:

- a) tenham sofrido condenação definitiva por praticarem fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos; e
- b) tenham sido condenadas por atos de improbidade administrativa ou atos de corrupção empresarial, na forma da Lei.

16.3. O valor da sanção pecuniária deverá obrigatoriamente ser deduzido de eventuais créditos ou garantias da pessoa física ou jurídica, ou cobrado administrativa ou judicialmente.

16.3.1. Sempre que o valor da sanção pecuniária ultrapassar os créditos da contratada e/ou garantias, o valor excedente será encaminhado à cobrança extrajudicial ou judicial, pelo órgão competente.

16.3.2. O atraso, para efeito de cálculo de multa, será contado em dias corridos, a partir do dia seguinte ao do vencimento do prazo de entrega/fornecimento ou execução do serviço.

- 16.3.3. As sanções descritas também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva, em pregão para registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente;
- 16.3.4. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances;
- 16.3.5. A aplicação da sanção pecuniária não impede que sejam aplicadas outras penalidades previstas no Decreto Municipal 5.237/2018, bem como na Lei 8.666/93.
- 16.3.6. Também ficam sujeitas às penalidades do art. 87, III e IV da Lei nº 8.666, de 1993, as empresas ou profissionais que:
- 16.3.7. tenham sofrido condenação definitiva por praticar, por meio dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- 16.3.8. tenham praticado atos ilícitos visando a frustrar os objetivos da licitação;
- 16.3.9. demonstrem não possuir idoneidade para contratar com a Autarquia em virtude de atos ilícitos praticados.
- 16.3.10. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa à Contratada, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente a Lei nº 9.784, de 1999.
- 16.3.11. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor do contratante, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa e cobrados judicialmente.
- 16.3.12. Caso a Contratante determine, a multa deverá ser recolhida no prazo máximo de 10 (dez) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 16.3.13. Caso o valor da multa não seja suficiente para cobrir os prejuízos causados pela conduta do licitante, a União ou Entidade poderá cobrar o valor remanescente judicialmente, conforme artigo 419 do Código Civil.
- 16.3.14. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Autarquia, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.3.15. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão sobre a eventual instauração de investigação preliminar ou Processo Administrativo de Responsabilização - PAR.
- 16.3.16. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

- 16.3.17. O processamento do PAR não interfere no seguimento regular dos processos administrativos específicos para apuração da ocorrência de danos e prejuízos à Autarquia Municipal resultantes de ato lesivo cometido por pessoa jurídica, com ou sem a participação de agente público
- 16.3.18. Compete ao órgão ou entidade requisitante da contratação ou ao Pregoeiro a indicação das penalidades previstas, cuja aplicação dependerá de ato da autoridade competente.
- 16.3.19. É facultado à interessada interpor recurso contra a aplicação das penalidades previstas nos itens acima, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da notificação, que será dirigido à autoridade competente do órgão ou entidade.
- 16.3.20. As penalidades aplicadas deverão ser registradas pelo setor de licitação da entidade ou órgão sancionador.
- 16.3.21. A sanção de advertência pode ser aplicada à Contratada juntamente com a multa.
- 16.3.22. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Autarquia, observado o princípio da proporcionalidade.
- 16.3.23. Comprovado impedimento ou reconhecida força maior, devidamente justificado e aceito pela autarquia, a Contratada ficará isenta das penalidades mencionadas neste termo de referência.

## **17. CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR**

- 17.1. As exigências de habilitação jurídica e de regularidade fiscal e trabalhista são as usuais para a generalidade dos objetos, conforme disciplinado no edital.
- 17.2. Os critérios de qualificação econômico-financeira a serem atendidos pelo fornecedor estão previstos no edital.
- 17.4. O critério de aceitabilidade de preços será o valor unitário máximo aceitável, conforme disposto na cláusula 1.1 do presente instrumento
- 17.5. O critério de julgamento da proposta é o menor preço unitário.
- 17.6. As regras de desempate entre propostas são as discriminadas no edital.

## **18. ESTIMATIVA DE PREÇOS E PREÇOS REFERENCIAIS**

- 18.1. O custo estimado da contratação é de **R\$ 344.124,85 (trezentos e quarenta e quatro mil, cento e vinte quatro reais e oitenta e cinco centavos)**.

## **19. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.**

19.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no orçamento do SAAE Viçosa deste exercício, na dotação abaixo discriminada:

<b>UNIDADE</b>	<b>DOTAÇÃO</b>	<b>FICHA</b>
ÁGUA	17.512.0447.9024.449051	94
	17.512.0447.9005.449051	99

Lucas de Oliveira Castro  
Diretoria de Gestão Estratégica e Saneamento Ambiental

João Lucas Lima Aquino Ganem  
Diretoria de Engenharia e Manutenção